

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



REPÚBLICA

VOLUME 27, 2006

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

UM REPUBLICANO HETERODOXO: FERNÃO BOTO-MACHADO

*"For too long, too many historians have been too much concerned
with impersonal forces, underlying structures and long-term developments.
Now, people are back*

T. C. W. Blanning e David Cannadine*⁽¹⁾

Fernão Boto-Machado, figura de primeiro plano da propaganda republicana nos finais de oitocentos e nos anos que antecederam a mudança de regime, foi também um deputado constituinte prolífero e um diplomata destacado depois de 1910. O primeiro centenário do seu nascimento foi assinalado discretamente na sua terra natal, Gouveia, onde nasceu a 20 de Julho de 1865⁽²⁾. É natural que assim tenha sido. Em meados dos anos sessenta do século XX, só podia ser recordada sem alardes e a bom recato....

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Director do Centro de História da Universidade de Lisboa. Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História.

⁽¹⁾ T. C. W. Blanning e David Cannadine, *History and Biography*, Cambridge University Press, 1996, p. I.

⁽²⁾ Compreensivelmente, dadas as circunstâncias. Ficaram os artigos publicados por Abílio Mendes do Amaral no *Notícias de Gouveia*, entre 1965 e 1968, reunidos no pequeno volume *Fernão Boto Machado, Autor do primeiro projecto de lei sobre a jornada das 8 horas de trabalho*, Viseu, separata de *Notícias de Gouveia*, 1968.

Conferencista persistente, fortemente marcado pelo anticlericalismo e por profundas preocupações sociais, Boto-Machado desempenhou cargos de responsabilidade nacional durante a I República. Embora a sua vida tenha sido relativamente breve - morreu em 1924 com apenas 59 anos de idade - preencheu intensamente essa mesma vida com uma actividade frenética em que se desdobrou como solicitador - a sua profissão - jornalista, publicista e diplomata. E se o seu pensamento não apresenta grandes originalidades, fortemente influenciado, como era habitual na época, pelo positivismo e pelo cientismo⁽³⁾, a sua obra não deixa de ser interessante e exemplar, característica de um intelectual republicano, autodidacta, formado nas leituras comuns a essa elite democrática e fortemente influenciada pelo laicismo.

Não pretendemos elaborar uma biografia exaustiva de Fernão Boto-Machado, tarefa impossível de concretizar com um mínimo de eficácia no espaço que nos foi reservado. Seria como meter o Rossio na Rua da Betesga... Tome-se este artigo como um esboço biográfico e nada mais.

Advertimos, desde já, que não entendemos a biografia histórica enquadrada no absolutismo da biografia pura definida por André Maurois⁽⁴⁾, ou por Edmund Gosse⁽⁵⁾. Procuramos antes reencontrar o nexo entre a personalidade e a obra, como afirmava Saül Friedländer⁽⁶⁾, mas não de forma redutora. Se é necessário que o homem e a sua acção sejam integrados no tempo e no espaço, é também útil que o biógrafo ou o historiador que estuda o percurso de uma determinada figura, reúna o maior número possível de informações e de conhecimentos sobre essa mesma personalidade, a fim de se aproximar com maior precisão e autenticidade da "verdade viva" de que fala Jean Orieux⁽⁷⁾. Paul Veyne refere que? a história biográfica "é menos explicativa, mas é mais rica do ponto de vista da informação, dado que considera os indivíduos na sua particularidade e

(3) Veja-se, sobre esta matéria, os diversos estudos que Amadeu Carvalho Homem, Fernando Catroga e Norberto Ferreira da Cunha têm dedicado ao pensamento republicano português até à proclamação da República, e que seria ocioso enumerar aqui em pormenor.

(4) Citado por Daniel Madelénat, *La Biographie*, Paris, PUF, 1984, p. 23.

(5) Artigo "Biography", in *Encyclopaedia Britannica*, Cambridge, IIª ed., 1910-1911.

(6) Saül Friedländer, *Histoire et Psychanalyse*, Paris, Seuil, 1975, p. 24.

(7) Jean Orieux, "A Arte do Biógrafo", in *Historia e Nova Historia*, Lisboa, Teorema, Col. Estudos Gerais n° 3, 1989, p. 33.

porque pormenoriza, para cada um deles, os cambiantes de carácter, os desvios das suas motivações, as fases da sua deliberação»⁽⁸⁾. Estamos de acordo com estas palavras. Mas também não esquecemos a observação de Judith Anderson: "History has its share of fiction"⁽⁹⁾...

Depois de décadas de menoridade, em que foi considerada mais um género literário do que um campo privilegiado da História, fazemos nossas as palavras de Giovanni Levi: "houve épocas - que nos estão talvez mais próximas - onde era possível relatar um acontecimento histórico fazendo a abstracção de todo o destino individual. Vivemos hoje uma fase intermédia: mais que nunca, a biografia encontra-se no centro das preocupações dos historiadores"⁽¹⁰⁾.

Um republicano histórico

Fernão Boto-Machado foi o mais velho de três irmãos, todos nascidos em Gouveia, filhos de Pedro Rodrigues do Amaral e de Carlota Emilia Boto-Machado. Pedro do Amaral Boto-Machado* ⁽¹¹⁾, três anos mais novo que Fernão - nasceu em 1868 - optou pela carreira das armas. Era 2º sargento de Infantaria nº 18 quando participou na tentativa revolucionária de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, na qual teve papel destacado. Considerado um dos "instigadores e cabeças desta revolta militar"⁽¹²⁾, foi julgado, demitido do exército e condenado a três anos de degredo, que cumpriu em Moçâmedes e em Benguela. Terminada a pena, ficou durante algum tempo em África, onde se dedicou à agricultura. De regresso a Portugal

⁽⁸⁾ Paul Veyne, *Como se escreve a História*, Lisboa, Ed. 70, Col. Lugar da História nº 20, 1987, p. 26.

⁽⁹⁾ Judith H. Anderson, "More's Richard III. History and Biography", in *Biographical Truth. The Representation of Historical Persons in Tudor-Stuart Writing*, New Haven and London, Yale University Press, 1984, p. 79.

⁽¹⁰⁾ Giovanni Levi, "Les Usages de la Biographie", *Annalles ESC*, 44º ano, nº 6, Nov.-Dez. 1989, p. 1325.

⁽¹¹⁾ Abílio Mendes do Amaral, *Pedro do Amaral Boto Machado. Linha recta de coerência e abnegação*, Gouveia, Tip. Mota & Irmão, Suc., 1974.

⁽¹²⁾ O julgamento decorreu no 2º Conselho de Guerra, a 27 de Fevereiro de 1891, a bordo da corveta "Bartolomeu Dias". Ver *Revolta Militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891. Os Conselhos de Guerra e Respectivas Sentenças*, Porto, Tip. do Comércio do Porto, 1891.

após a proclamação da República, foi, a exemplo de tantos outros ex-militares nas mesmas condições, reintegrado no exército com o posto de tenente e eleito deputado às Constituintes de 1911. A10 de Maio de 1913 foi nomeado governador de S. Tomé e Príncipe, cargo que exerceu até 1918, sendo ao mesmo tempo proprietário de importantes roças naquela colónia. De regresso ao Continente, teve um papel de grande destaque no desenvolvimento de Gouveia, sendo de sua responsabilidade muitos melhoramentos locais.

O outro irmão, João Amaral Boto-Machado, era comerciante e não consta que tivesse tido uma actividade partidária significativa, exercendo contudo o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Ca tumbela.

Quanto a Fernão, são escassos, como é frequente em casos análogos, os elementos acerca da sua infância e formação escolar, subsistindo a ideia que foi um autodidacta. Magalhães Lima, de quem foi amigo e próximo colaborador durante alguns anos, garante que ele "não fez exame da instrução primária"⁽¹³⁾. Mas exerceu a profissão de solicitador encartado mercê de uma experiência que foi adquirindo desde muito cedo, e que o levou a fundar uma das mais prestigiadas revistas jurídicas portuguesas, *O Mundo Legal e Judiciário*. O primeiro número desta publicação viu a luz do dia a 10 de Outubro de 1886, saindo ininterruptamente durante 29 anos, até 31 de Março de 1915, recorrendo à colaboração de diversos juristas que assumiam nominalmente a direcção, como os Drs. Alfredo Ansur e António Maria de Carvalho Serra. Depois da proclamação da República, e com o seu afastamento físico de Portugal, Fernão Boto-Machado apenas figuraria no cabeçalho da revista como "antigo director". Rodrigo Velloso, num opúsculo a ele dedicado, integrado na colecção "Perfis Forenses"⁽¹⁴⁾, sublinhava a invulgar longevidade de *O Mundo Legal e Judiciário*, que, sob a "sua inteligente e cuidadosa direcção, conseguiu alcançar lugar mais proeminente e à frente no nosso periodocismo científico"⁽¹⁵⁾.

⁽¹³⁾ Magalhães Lima, prefácio a Fernão Boto Machado, *No Parlamento*, Lisboa, Tipografia Torres, 1929, p. 5.

⁽¹⁴⁾ Rodrigo Velloso, *Perfis Forenses. Fernão Boto-Machado, Solicitador Encartado*, Lisboa, 1910, 21 p.

⁽¹⁵⁾ *Idem*, p. 16. Luís Bigotte Chorão, na sua obra de referência *O Periodismo Jurídico Português do Século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, refere detalhadamente este periódico (pp. 28 a 257, com amplas notações, incluindo uma biográfica sobre Boto Machado (nota 813, pp. 239 e 240).

Uma linha que sempre o norteou foi o desejo de ampliar cada vez mais os seus conhecimentos. O complexo mundo da justiça não lhe era estranho, pelo contacto que manteve durante muitos anos com grandes figuras do foro português, advogados, magistrados, mas também notários e solicitadores. Essa vontade insaciável de conhecimento nunca morreu e está bem patente, em 1915, quando na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Caracas, escrevia ao ministro dos Negócios Estrangeiros: "eu não tenho, todavia, perdido o meu tempo, tendo partido daí mal preparado em línguas estrangeiras, e compreendendo que era meu dever, como órgão da República, aperfeiçoar-me para a servir com vantagem, dediquei-me nas horas feridas ao estudo dessas línguas e conheço hoje, além do francês e espanhol, que já sabia, mais o inglês e o italiano."⁽¹⁶⁾

Como sucedeu com tantos jovens insatisfeitos que deixavam a terra natal em busca de melhor sorte, também Fernão Boto-Machado saiu de Gouveia e fixou-se em Lisboa muito cedo. Exerceu a profissão de solicitador, com escritório na Rua do Ouro nº 124, granjeando um prestígio a nível nacional, quanto à sua seriedade e zelo. Quando se levantaram atoardas a seu respeito, ponto em causa uma honestidade que reputava de inquestionável levantou-se um grande movimento em sua defesa que deu origem ao volume *Pela Verdade. Vinte e Sete Anos de Trabalho Honesto e Constante*,⁽¹⁷⁾ publicado em 1903, com dezenas e dezenas de depoimentos a seu favor, quase todos escritos por pessoas ligadas ao mundo dos tribunais, muitos dos quais seus adversários políticos. Mas todos unânimes e concordantes quanto ao seu carácter ímpoluto. O livro era prefaciado por Heliodoro Salgado, outro propagandista republicano e anticlerical de primeiro plano, falecido em 1906, de quem foi sempre um amigo próximo, o qual proclamava: "a comissão que pensou neste inquérito o fez, não porque tivesse dúvidas sobre Boto Machado, mas porque desejava ver afirmar-se bem alto que a Consciência não ainda é uma palavra vã"^{16 17 (18)}.

⁽¹⁶⁾ Ofício de 26-5-1915. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AMNE), processo individual de Fernão Boto Machado, Documento nº 30.

⁽¹⁷⁾ *Pela Verdade. Vinte e Sete Anos de Trabalho Honesto e Constante*, Lisboa, Tip. Bayard, 1903.

⁽¹⁸⁾ *Idem*, p. 5.

Mesmo estabelecido em Lisboa, Femão Boto-Machado nunca se alheou do que se passava na sua terra natal colaborando regularmente na imprensa local, nomeadamente nos jornais fundados e dirigidos por Alfredo da Cunha Saraiva - também iniciador da Associação dos Artistas e Operários de Gouveia -, *O Trabalho* (1899) e *Labor* (1902), que se lhe seguiu, bem como em *Solidariedade* (1907-1917), dirigido por Armando Rebelo e de tendência republicana-socialista⁽¹⁹⁾ ²⁰. Em 1907, numa carta escrita a Afonso Costa, Boto Machado convidava-o a participar como orador num comício republicano a realizar em Gouveia: "não lhe digo a loucura que seria para todos os republicanos daqui, ouvir nesse comício a sua palavra magnética. Se lhe fosse possível, obsequiava-nos imenso, e prestava um enorme serviço mais à causa da República, indo a Gouveia."⁽²⁰⁾. Pontualmente, nos seus escritos surgem evocações de personalidades ligadas à sua terra natal, como foi o caso de José de Almeida Pedroso, comerciante que, indo primeiro para Moimenta da Beira e depois para Lisboa, fez fortuna no Brasil⁽²¹⁾, não hesitando em apelar a João Franco - que possuía familiares em Gouveia, os condes de Caria - a quem tanto criticou nas páginas da *Vanguarda*, para a criação de uma estância para tuberculosos naquela localidade⁽²²⁾.

Júlio Augusto, um seu conterrâneo, revela que "desde os seus tempos de Coimbra, aí por 1880, que Fernão Boto Machado serve a sua causa, como soldado aguerrido e disciplinado; e não se alistou para ceder aos impulsos de ganâncias materiais ou ambições de glórias"⁽²³⁾. São estas as únicas referências a uma passagem por Coimbra que deve ter sido fugaz.

As mais antigas informações concretas quanto à militância política de Boto-Machado remontam a 1895, ano em que participou no Congresso do Partido Republicano Português reunido a 2 de Março em Lisboa, na qualidade de delegado indirecto representando, curiosamente, os republicanos da Ribeira Grande, Açores. Nesse conclave foi eleito um

⁽¹⁹⁾ Femão Boto-Machado, "Um Lutador - Alfredo da Cunha Saraiva", in *Crenças e Revoltas*, Lisboa, Tipo. Bayard, 1908, p. 151.

⁽²⁰⁾ A. H. de Oliveira Marques, *Correspondência Política de Afonso Costa 1896-1910*, Lisboa, Estampa-Imprensa Universitária n° 25, 1982, p. 275.

⁽²¹⁾ Femão Boto Machado, "Um Homem! José de Almeida Pedroso", in *Crenças e Revoltas*, cit., pp. 237 a 240.

⁽²²⁾ Femão Boto-Machado, "Socorro! Carta aberta ao Sr. João Franco", *Idem*, pp. 285 a 293.

⁽²³⁾ *Pela Verdade. Vinte e Sete Anos de Trabalho Honesto e Constante*, cit., p. 24.

Directorio constituído por Magalhães Lima, Horácio Ferrari, Jacinto Nunes, Eduardo de Abreu e Gomes da Silva, mas que ficará paralisado por divergências pessoais. Fernão Boto-Machado não hesitará em classificar a acção do partido de "platonismo estéril"⁽²⁴⁾. Por isso mesmo, apoiou entusiasticamente a fundação do Grupo Republicano de Estudos Sociais.

Em Agosto de 1896 foi divulgada uma circular subscrita por algumas dezenas de republicanos de diversos pontos do país, que analisava a situação nacional. Após se afirmar que "em Portugal *Pátria* é sinónimo de República" e que era infalível o advento do novo regime, o documento traçava um quadro negro da monarquia, particularmente visada pela sua política colonial, em que se reviviam episódios recentes, como o *Ultimatum* e a questão de Kionga. Mas podia ser a República uma realidade em Portugal no quadro da situação internacional então existente? Os subscritores respondiam afirmativamente, argumentando que a implantação do sistema republicano não podia alienar de Portugal as simpatias das potências, que em todos os povos independentes e livres respeitavam o direito de soberania. O que o estrangeiro exigiria de nós não era a conservação da monarquia. Era um governo competente, moralizador e enérgico, pronto a punir inexoravelmente as depredações. O objectivo central dos autores do documento era demonstrar, tanto à opinião pública nacional como aos governos estrangeiros, que estavam longe de ser um conjunto de loucos visionários, sem ideias e sem planos, por quem o país jamais consentiria ser governado. Para provar a qualidade e a competência dos republicanos, os 68 subscritores valiam-se das suas competências académicas e profissionais: trinta e quatro médicos, dezoito advogados, oito lentes, seis bacharéis, e dois homens de letras. No documento convergiam gerações diferentes de republicanos como Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Ladislau Piçarra, Duarte Leite, Estêvão Benevides, Fialho de Almeida, Manuel de Arriaga e Brito Camacho. Por outro lado, eram oriundos de diversas regiões do país e não apenas dos grandes centros, se é correcto aplicar esta qualificação a localidades portuguesas da época com excepção de Lisboa. Embora o núcleo central do grupo fosse constituído por membros das comissões executivas do Partido Republicano do Porto e de Coimbra - dez elementos de cada uma daquelas

⁽²⁴⁾ Fernão Boto Machado, *O Grupo Republicano de Estudos Sociais*, Lisboa, Tip. de Pereira & Faria, 1896, p. 12.

idades contra onze de Lisboa, onde ficou a sua sede - os restantes trinta e sete subscritores eram oriundos de vinte e oito localidades de todo o país, de norte a sul, de Loulé a Matosinhos, de Aljustrel a Paços de Ferreira e de Viseu a Alenquer. Com dois representantes destacavam-se Viseu, Vila Nova de Gaia, Sabugal, Cuba, Silves, Évora e Figueira da Foz.

Juntamente com a circular foram divulgadas as "Bases para a constituição de um grupo republicano de estudos sociais", composto de republicanos portugueses que por necessidade profissional, por tendências e hábitos de espírito eram considerados homens de estudo e tendo como fim assentar nas reformas de ordem económica, política e moral susceptíveis de serem aplicadas à nação portuguesa quando implantada a República.

Ampiamente divulgadas na imprensa republicana, ambos os documentos suscitaram reacções positivas, mas dentro do partido não houve unanimidade. Evidente era a ausência da lista de fundadores de alguns dos mais relevantes dirigentes do partido, como Gomes da Silva, Fiorácio Ferrari (que renunciará à actividade política em 1897) e Eduardo de Abreu. Caso particularmente notado e alvo de especulações foi o de Jacinto Nunes, mas a sua ausência pode dever-se ao facto de se ter demitido do Directorio do Partido em 1895, juntamente com Magalhães Lima, e a sua adesão pudesse ser interpretada como um acto fraccionista. Mas a verdade é que Jacinto Nunes deu a sua adesão ao GRES em Janeiro de 1897.

Para além dos inúmeros artigos que a imprensa dedicou ao aparecimento do GRES, Fernão Boto-Machado publicou um pequeno livro intitulado *O Grupo Republicano de Estudos Sociais*, onde, para além de transcrever os documentos fundadores e diversas reacções surgidas na imprensa, apreciava criticamente a acção do Partido Republicano nos últimos tempos. Depois de declarar solenemente que "toda a minha alma tenho dedicado à causa da República" (p. 9), criticava a inércia do Directorio e saudava o GRES, desejando que ele, para além do "estudo teórico daqueles delicados problemas da vida efectiva de uma República, procure o meio mais prático, mais seguro, mais pronto e mais infalível de proclamar essa República, a aspiração suprema, até agora intangível, de quase todo o país"⁽²⁵⁾. É que, para muitos republicanos, o GRES surgia como uma espécie de gabinete de estudos, mais virado para a análise e para a teoria do que para a acção prática.

⁽²⁵⁾ Fernão Boto Machado, *O Grupo Republicano de Estudos Sociais*, cit, p. 32.

Durante os primeiros meses de 1897, o esforço reorganizador empreendido pelos republicanos encontrou eco em sectores exteriores ao partido, como o provam as divergências que surgem no seio do Partido Socialista, com a aproximação táctica de um sector daquela formação aos republicanos, grupo esse que se começava a demarcar da linha oficial do Partido Socialista e que teve Ernesto da Silva como principal referência. A acção dinamizadora do GRES prosseguiu, com a realização de algumas conferências. O 7.º Congresso do Partido Republicano, celebrado em Coimbra, entre 25 e 27 de Setembro de 1897, consagrou o triunfo do GRES e uma revitalização, pelo menos temporária, nas fileiras do partido e da sua direcção, com a integração de diversos elementos do grupo no Directorio.

Talvez inspirado pelo exemplo do seu irmão Pedro, Fernão Boto-Machado defendia que o partido devia abandonar aquilo a que chamava "período lírico de romantismo", para entrar numa "existência mais prática e que mais e mais o destacasse dos partidos monárquicos"⁽²⁶⁾. Ao mesmo tempo, proponha que o GRES fosse pretexto para uma convergência entre republicanos e socialistas, considerando que a separação entre ambos não era tão profunda como os corifeus monárquicos pretendiam apresentar: "um dos serviços a prestar à democracia portuguesa está em congregar num amplexo fraternal e afectuoso, os republicanos e os socialistas"⁽²⁷⁾. Machado conservar-se-á sempre fiel a esse republicanismo com um forte cunho socialista, preocupando-se com a situação das classes trabalhadoras e com a solução da chamada questão social.

Fernão Boto-Machado foi uma presença regular na imprensa republicana, com destaque para *A Folha do Povo*, *O Mundo*, e muito em especial no diário *Vanguarda*, em cuja direcção substituiu Magalhães Lima por ocasião das suas deslocações ao estrangeiro. Em 1907 dirigiu o jornal *A Humanidade* (nº 1,1-6-1908), onde colaborou com regularidade. Era um periódico cooperativista, que tinha como objectivo constituir uma cooperativa ligada ao jornal, que proporcionava 5% de desconto sobre os géneros alimentícios e a entrega gratuita de livros, bem como a promoção de festas e excursões. Para além disso, as famílias dos assinantes falecidos receberiam 2000 réis por cada ano de assinatura até ao máximo de 10 anos. Mas o projecto, ao qual estiveram ligados Agostinho Fortes e Júlio Ferreira, revelou-se efémero. Tudo terminou com o nº 3 (1-7-1908).

⁽²⁶⁾ Fernão Boto Machado, *Crenças e Revoltas*, cit., p. 160.

⁽²⁷⁾ Fernão Boto-Machado, *O Grupo Republicano de Estudos Sociais*, cit., p. 93.

A sua presença também é assinalada entre os colaboradores do semanário *O Germinal* que se começou a publicar em Setúbal a 4 de Outubro de 1903. Até à proclamação da República foi um órgão alinhado com os anarquistas intervencionistas, sob a direcção de Martins dos Santos. Joaquim Augusto Sobral e José Artur Quaresma desempenhavam, respectivamente, as funções de administrador e de editor. A partir de 1906, passou a ser propriedade do Grupo de Instrução Germinal e nele colaborou um variado leque de autores republicanos, socialistas e anarquistas intervencionistas: José do Vale, Bartolomeu Constantino, Heliodoro Salgado, França Borges, Augusto José Vieira, Ana de Castro Osório, Teixeira de Pascoaes, Emílio Costa, Miguel Bombarda, Campos Lima, Carlos Rates, para além do próprio Fernão Boto Machado. A relação que manteve com outros sectores, nomeadamente anarquistas e socialistas, confirma-se pela sua ligação ao Teatro Livre, instituição fundada em 1902 e na qual pontificaram Araújo Pereira, Ribeiro de Azevedo, José do Vale, entre outros, projecto cultural e de intervenção cívica no qual convergiram elementos avançados de diversos horizontes ideológicos. As referências que se encontram em diversas obras sobre uma hipotética candidatura "socialista" sua em 1903, cremos que não têm fundamento. Que foi candidato, isso é verdade, mas candidato republicano e não do Partido Socialista que, aliás, se absteve nesse acto eleitoral. A confusão decorre do facto de Boto-Machado se considerar um republicano socialista, mas nunca esteve filiado em qualquer dos agrupamentos socialistas então existentes.

Uma das consequências dos seus artigos de intervenção, por vezes acutilantes, foi o ter sido várias vezes processado por crimes de imprensa. Mostrava-se intransigente na luta pela liberdade de imprensa, contra as limitações impostas pelo poder. Em 1900 sofria um processo⁽²⁸⁾ ²⁹ e em 1905 outro, por ter escrito um artigo intitulado "O Sufrágio", publicado no diário *O Mundo*⁽²⁹⁾.

⁽²⁸⁾ Ver a este respeito, Fernão Boto-Machado, *A liberdade de imprensa: carta aberta e minuta extra-processual, enviadas aos Srs. Juizes da Relação de Lisboa, a propósito do processo instaurado sobre a penúltima apreensão do jornal republicano "O Mundo"*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1900.

⁽²⁹⁾ Fernão Boto-Machado, *Liberdade de imprensa: a apreensão de jornais (minuta de recurso ao Supremo Tribunal de Justiça num dos processos de apreensão do jornal republicano O Mundo, fundada (?) em artigo, intitulado "O Sufrágio", de Fernão Boto Machado*, Lisboa, Typ. Bayard, 1905.

Nem os textos que enviava para os jornais da sua terra escapavam à atenta vigilância das autoridades, destacando-se nessa perseguição o Delegado do Ministério Público em Gouveia, que Machado classificava de "sinistra criatura", comparando-o aos inquisidores do passado: "A mim processou-me por quase todos os artigos que publiquei da *Solidariedade*. Chegou mesmo a processar um jornal morto - o extinto *O Labor*"⁽³⁰⁾. Na *Vanguarda* acumulou querelas e condenações, por vezes em conjunto com Magalhães Lima. A 9 de Julho de 1909 foram ambos julgados e condenados a multas de 100 mil réis cada, sendo Maria Veleda, também arguida, condenada a 60 mil réis. A 9 de Novembro, Magalhães Lima e Boto-Machado eram de novo julgados e condenados a multas de 60 e 150 mil réis, respectivamente, por artigos tidos como injuriosos pelos magistrados do Juízo de Instrução Criminal.

Foram certamente essas perseguições sistemáticas que o levaram a viajar até França em 1908, se bem que não tenhamos muitas informações sobre esse curto período da sua vida. Sabemos que, aproveitando o exílio, estudou Direito e História na Sorbonne. A França republicana continuava a ser uma referência para os democratas portugueses, e a visita do Presidente da República Francesa ao nosso país, em Outubro de 1905, confirmou-o plenamente, com a calorosa recepção que os republicanos lusos lhe tributaram. Fernão Boto-Machado foi então agraciado por Émile Loubet com a Legião de Honra.

Curiosamente, contrastando com o prestígio que indiscutivelmente possuía entre os republicanos, Fernão Boto-Machado nunca desempenhou cargos de direcção no Partido Republicano Português. A sua acção, tanto no campo profissional, como na propaganda através da imprensa e de sessões públicas tornaram-no conhecido e respeitado. Em Fevereiro de 1906 fez parte da comissão executiva encarregada de promover as comemorações dos cinquenta anos de actividade intelectual de Teófilo Braga, juntamente com Magalhães Lima, Agostinho Fortes, Afonso Barbosa, Mayer Garção, Afonso Lopes Vieira, Heliodoro Salgado e Marques Braga, Carlos Frederico Parreira e Urbano Rodrigues. Estes dois últimos tinham sido os iniciadores do movimento, através de um artigo publicado nas páginas de *Novidades*, em 27 de Janeiro de 1906. Assim nasceu o volume

oo) Fernão Boto-Machado, *Crenças e Revoltas*, Lisboa, Livraria Central, 1908, p. 437.

Quinquagenário⁽³¹⁾, que reuniu numerosos depoimentos e artigos de análise à obra de Teófilo Braga. Outro sinal da sua popularidade foi a inauguração, em 15 de Janeiro de 1905, de um Centro Republicano com o seu nome, instalado no n.º 1 da Rua do Paraíso, junto ao Hospital da Marinha, que se manteve em actividade durante décadas, sobrevivendo mesmo ao Estado Novo. Há notícia de ter sido patrono de outro Centro Republicano em Camarate⁽³²⁾. Também figurou em diversos bilhetes-postais de propaganda republicana, antes e depois da proclamação da República, como sucedeu, aliás, com dezenas de figuras, algumas das quais de projecção meramente local ou sectorial.

Outra prova do prestígio que possuía nas fileiras republicanas foi a sua inclusão entre os biografados no *Álbum Republicano*, editado por Gomes de Carvalho, em 1908, com uma fotografia e breves notas sobre a sua vida, nas quais se salienta a coragem e a fidelidade aos ideais republicanos. Dois anos depois, o *Arquivo Democrático* também lhe dedicou um número⁽³³⁾, onde, para além de um artigo muito elogioso assinado por Martins Monteiro, surge uma fotografia do homenageado, salientando o autor do texto que essas linhas eram "a homenagem a um homem que tem a dita de personalizar nesta avançada hora de progresso e de solidariedade todos os sacrifícios; a um homem que desconhece as seduções enganadoras do poder para humilhar ou para corromper"*^{34*}.

O Livre-pensador

A sua amizade com Sebastião de Magalhães Lima - a quem dedicou em 1896 o livro *O Grupo Republicano de Estudos Sociais*⁽³⁵⁾ - foi uma constante ao longo da sua vida e consolidou-se no combate jornalístico.

⁽³¹⁾ *Quinquagenário. 1853-1908. Cinquenta Anos de Actividade Mental de Teófilo Braga, julgados pela Crítica Contemporânea de três Gerações Literárias*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1908.

⁽³²⁾ *O Mundo*, n.º 8186, 5 de Novembro de 1924.

⁽³³⁾ *Arquivo Democrático* n.º 18, Ano II, Junho de 1910.

⁽³⁴⁾ Martins Monteiro, "Femão Boto-Machado", *Arquivo Democrático, cit.*, p. 140.

⁽³⁵⁾ Na dedicatória chama a Magalhães Lima "o grande evangelizador do apocalipse republicano, o estrénuo educador de toda uma geração democrática", *O Grupo Republicano de Estudos Sociais, cit.*, p. 3.

De facto, quando o futuro Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa deixou O Século e assumiu a direcção da *Folha do Povo*, Boto-Machado foi um dos seus colaboradores, tendo transitado para a *Vanguarda* quando Magalhães Lima a fundou em 1898. Por outro lado, não pode ser minimizado o facto de ambos terem sido destacadas figuras da maçonaria. Boto-Machado foi iniciado a 1893 na Loja *Cavaleiros - ou Cavaleiros - da Verdade*, de Lisboa, com o nome simbólico de "José Falcão", pertenceu depois às Lojas *Renascença* (1893), *Razão Triunfante* (1896), *Luís de Camões* (1902) e *Elias Garcia*, todas de Lisboa. Ascendeu em 1917 ao grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceite, a cujo Supremo Conselho pertenceu, desempenhando ainda funções de responsabilidade no Grande Oriente Lusitano Unido. Foi eleito presidente do Conselho da Ordem em 1918-1919⁽³⁶⁾. Ainda no âmbito da Maçonaria desenvolveu uma visível actividade em prol de causas caras àquela agremiação, como foi o caso do movimento a favor da paz, no qual se distinguiu também Magalhães Lima, Grão-Mestre do GOLU de 1907 até à sua morte. O *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido para 1905* realçava, justamente, a comemoração do aniversário da Conferência de Flaia, onde ficaram assentes as bases da Paz e Arbitragem nas questões internacionais, destacando o papel de Bernardino Machado, Magalhães Lima, José Pinheiro de Melo, Leandro Pinheiro de Melo e Boto-Machado⁽³⁷⁾. No Congresso Maçónico de 1924, apresentou uma tese intitulada *A Maçonaria e a Sociedade das Mações*⁽³⁸⁾, onde defendia que a Maçonaria, dado o seu carácter universal e os ideais que defendia, de paz, de solidariedade e de concórdia, devia ter uma representação oficial na SDN. O ideal de emancipação da mulher também mereceu o seu empenho, como o demonstra a conferência que fez em 1910 no Centro Eleitoral Republicano de Santarém⁽³⁹⁾ e a sua participação no Primeiro Congresso Feminista e da Educação, em Maio de 1924, no qual apresentou duas moções, uma saudação às mães que viram "matar os seus filhos às ordens dos que

⁽³⁶⁾ A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Editorial Delta, 1986, vol. II, col. 920.

⁽³⁷⁾ *Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido para 1905*, Lisboa, 1906, p. 19.

⁽³⁸⁾ Fernão Boto-Machado, *A Maçonaria e a Sociedade das Nações*, Lisboa, Tipografia do Grémio Lusitano, 1924.

⁽³⁹⁾ Fernão Boto-Machado, *A Queda do Monstro. Pela Emancipação da Mulher. Pela Liberdade de Consciência*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1910.

deflagraram a guerra, autênticos verdugos da humanidade", e outra sobre a carestia que ameaçava a sobrevivência das famílias⁽⁴⁰⁾.

A 18 de Dezembro de 1904, Magalhães Lima foi alvo de uma homenagem no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, com um banquete no qual compareceram três centenas de pessoas, entre as quais muitos jornalistas⁽⁴¹⁾. Boto-Machado foi um dos oradores, promovendo ainda, juntamente com Gonçalves Neves, também redactor do diário *Vanguarda*, a publicação do número único de um jornal intitulado *Consagração*, com dezenas de depoimentos e um retrato de Magalhães Lima feito por Rafael Bordalo Pinheiro. Aí publicou um texto intitulado "O nosso melhor EHplomata", onde exalta Sebastião de Magalhães Lima como uma das mais conhecidas figuras públicas portuguesas no estrangeiro, com uma visibilidade que se tornava benéfica para Portugal. A mesma ideia será defendida noutras ocasiões, nomeadamente no livro *Crenças e Revoltas*⁽⁴²⁾, onde Machado reuniu diversos textos publicados na *Vanguarda*.

Numa das deslocações ao estrangeiro, em 1904, Magalhães Lima participou em Roma no Congresso Internacional do Livre Pensamento⁽⁴³⁾ 44 e foi acompanhado pelo seu amigo e colaborador Boto-Machado. Este descreverá mais tarde a sua ida àquela cidade e a participação nas diversas sessões do congresso, elogiando o papel de Magalhães Lima e a intervenção de Belén Sarraga de Ferrero, directora de *La Conciencia Librd*⁽⁴⁾. Parece que ambos

⁽⁴⁰⁾ Arnaldo Brazão, *O Primeiro Congresso Feminista e da Educação (Relatório)*, Lisboa, Edições Spartacus, 1925, pp. 79 e 80. Ao longo do livro surgem diversas intervenções de Boto-Machado na discussão das teses. Apoia o voto para as mulheres, condena as histórias infantis porque "o maravilhoso não é senão uma mentira. A hora actual que estamos passando já não é própria para fadas, príncipes encantados e varinhas de condão".

⁽⁴¹⁾ "Coube a iniciativa desta penhorante manifestação, que tanto me comoveu, aos meus queridos e dedicados amigos Fernão Boto Machado e Gonçalves Neves". Magalhães Lima, *Episódios da minha Vida (Memórias)*, Lisboa, livraria Universal de Armando J. Tavares, s.d., vol. II, p. 234.

⁽⁴²⁾ Fernão Boto-Machado, "O nosso melhor Diplomata", in *Crenças e Revoltas, cit.*, pp. III a 115. Embora com o mesmo título, este texto é diferente daquele que surgira em *Consagração*.

⁽⁴³⁾ Ver a esse propósito, Magalhães Lima, *O Congresso de Roma*, Lisboa, Tip. de O *Diário*, 1904.

⁽⁴⁴⁾ Fernão Boto-Machado, "A Caminho de Roma", in *Crenças e Revoltas, cit.*, pp. 183 a 188.

vijaram em conjunto mais do que urna vez, porque Magalhães Lima refere que ele foi "seu companheiro em mais que um congresso intemacional"⁽⁴⁵⁾.

Vejam os dois outros momentos que ilustram a relação de amizade e de identidade de pontos de vista entre Boto-Machado e Magalhães Lima. Em 1923, por ocasião da sétima eleição presidencial em que acabou por ser eleito Manuel Teixeira Gomes, foi lançada a candidatura de Magalhães Lima, por uma comissão presidida por Teófilo Braga, tendo como vogais Fernão Boto-Machado e Alexandre Ferreira⁽⁴⁶⁾. Em 1929, numa homenagem a Boto-Machado, publicou-se um volume com os discursos e projectos por ele apresentados às Constituintes de 1911⁽⁴⁷⁾. Magalhães Lima foi o grande entusiasta da iniciativa e assinou o respectivo prefácio.

Apar da sua condição de republicano que lutou denodadamente pela mudança de regime, Fernão Boto-Machado foi um livre-pensador, bem em sintonia com aquele grupo de propagandistas que levaram a cabo uma verdadeira missão laica, numa luta contra a influência da Igreja Católica, tida como o mais fiel aliado da Monarquia. Campanha apaixonada, com todos os exageros próprios de um tempo que não conhecia meios-termos. Foi uma presença constante em iniciativas diversas e pontuais destinadas a denunciar a intolerância religiosa. Integrou, em 1905, a Comissão do 2.º Centenário de António José da Silva (O Judeu), constituída ainda por Augusto José Vieira, Carlos Cruz, Dámaso Teixeira, Fernando Reis, Ferreira Manso, França Borges, Israel Anahory, Joaquim Madureira, José do Vale, Luz de Almeida, Magalhães Lima, Martins Monteiro, Mayer Garção, Paulo Tavares, Sá Pereira, Silva Fernandes, Teófilo Braga e Macedo Bragança. Fez parte da Junta Federal do Livre Pensamento e da Associação Propagadora da Lei do Registo Civil.

Em 1906 prefaciava o livro de Heliodoro Salgado, *Mentiras Religiosas*⁽⁴⁸⁾, publicado postumamente, afirmando com alguma modéstia que tal tarefa deveria ter sido reservada "para Junqueiro ou para Teófilo"⁽⁴⁹⁾. Em 1908,

⁽⁴⁵⁾ Fernão Boto-Machado, "O nosso melhor Diplomata", in *Consagração*, número único, Dezembro de 1904, p. 4.

⁽⁴⁶⁾ *República Portuguesa. Documentos históricos referentes à 7ª Eleição Presidencial e Candidatura do Senhor Dr. Sebastião de Magalhães Lima, publicados pela Comissão apresentante da mesma candidatura*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1923.

⁽⁴⁷⁾ Fernão Boto-Machado, *No Parlamento. Discursos e Projectos*, Lisboa, Tipografia Torres, 1929.

⁽⁴⁸⁾ Heliodoro Salgado, *Mentiras Religiosas*, Lisboa, Tip. do Comércio, 1906.

⁽⁴⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 9.

publica o pequeno folheto *A Confissão*TM, dedicado à Junta Federal do Livre Pensamento para sua propaganda, escrito numa linguagem panfletária: "mulheres! Basta que vos confesseis para ficardes moralmente prostituídas"⁵⁰ (51), entre outros exemplos semelhantes, nomeadamente de teor fortemente anti-jesuítico⁽⁵²⁾.

A Junta Federal do Livre Pensamento encarregou-o, em Junho de 1908, de elaborar uma representação ao povo de Lisboa, reclamando do parlamento a promulgação imediata de uma lei do registo civil obrigatório. Boto-Machado não se limitou a tal, elaborando uma brochura onde justificava histórica e legalmente tal pretensão, concluindo que ela se estribava nas "conveniências do Estado e da vida civil dos cidadãos, nos princípios de liberdade e na evolução da sociedade portuguesa"⁽⁵³⁾. Aquele ano de 1908 foi de grande actividade para ele, participando no Congresso Nacional do Livre Pensamento, realizado em Lisboa, na Caixa Económica Operária, na Rua da Infância à Graça, nos dias 19 a 22 de Abril⁽⁵⁴⁾. Regressado há pouco tempo do exílio⁽⁵⁵⁾, Fernão Boto-Machado foi relator da secção III, consagrada aos Direitos Políticos e Civis, apresentando uma comunicação intitulada "Direitos Políticos e Civis. Liberdade, Sufrágio Universal e Descentralização"⁽⁵⁶⁾. Nela define a liberdade individual como um direito e um dever, parafraseando Louis Blanc, bem como as liberdades de sufrágio, de imprensa, de palavra, de reunião

(50) Lisboa, Tip. Bayard, 1908.

(51) *Idem*, p. 14. Deste folheto existem duas edições, com o final diferente. Num deles, lê-se: 'Cidadãos, não vos confesseis. Sobretudo não deixeis nunca confessar as vossas filhas, porque vo-las corrompem e desfloram, nem deixeis confessar as vossas mulheres, porque o menor perigo que correis é o de o confessor vos fazer... chavelhudos!' (p. 16). Na outra versão, a palavra "chavelhudos" foi substituída por "coitadinhos"...

(52) "Guerra de morte, pois, aos jesuítas", *Crenças e Revoltas*, cit., p. 92.

(53) Fernão Boto-Machado, *A Obrigatoriedade do Registo Civil*, Lisboa, Tip. Bayard, 1908, p. 32.

(54) Ver *Regulamento, Relatórios e Dissertações sobre as Teses do Congresso Nacional do Livre Pensamento*, Lisboa, A Liberal, 1908.

(55) "Tendo regressado do exílio, vejo ainda quase caótica a minha vida profissional". Fernão Boto-Machado, *Regulamentos, Relatórios e Dissertações sobre as Teses do Congresso Nacional do Livre Pensamento [...]*, cit., p. 18.

(56) Este texto foi publicado no volume referido na nota anterior, pp. 18 a 24, e também objecto de edição autónoma.

e associação, de consciência e de trabalho. Denuncia a lei de 13 de Fevereiro de 1896, da lavra de João Franco, como limitadora das escassas liberdades consagradas na Carta Constitucional, tema que abordou em diversas ocasiões, classificando-a como uma "lei de assassinos", possível mais pela cobardia pública do que pela coragem e malvadez⁽⁵⁷⁾. Defendia, ao mesmo tempo, uma ampla descentralização dos serviços públicos: "a centralização administrativa, não só não é uma tendência do direito moderno, mas, fundando-se em doutrina anti-liberal e anti-social, repugna ao direito natural, entrava o progresso, e opõe-se à prosperidade dos povos"⁽⁵⁸⁾. Ao mesmo tempo, propunha a concessão de uma grande autonomia aos municípios: "como todas as outras instituições locais, os municípios devem gozar, em relação ao seu território, quase a mesma autonomia que goza um Estado perante os outros Estados"⁽⁵⁹⁾. Curiosamente, reconhecia que essa descentralização podia ser contraproducente para os republicanos, porque "só uma descentralização, com justiça administrativa, sem arbítrio nem favoritismo, e com rigorosa responsabilidade nos agentes do poder, poderia salvar o regimen constitucional... por mais algum tempo"⁽⁶⁰⁾ ⁶¹.

Nesta mesma comunicação, Boto-Machado faz algumas afirmações quanto ao seu pensamento político e social que o colocam numa posição peculiar no campo republicano. Não via no regime parlamentar uma panaceia absoluta para os problemas que Portugal sofria, afirmando sem reboços que "teoricamente, e mesmo olhando o campo das realizações práticas, eu, colocado ao meu ponto de vista de libertário idealista, não posso deixar de entender que o parlamentarismo é uma perfeita burla", mas, apesar de tudo, havia que aproveitar a propaganda eleitoral, porque "os homens não inventaram ainda coisa melhor que o parlamentarismo"^^. A expressão "libertário idealista" é bem curiosa, e Boto-Machado mostra, por diversas vezes, o quanto simpatiza com o libertarismo - "ser anarquista não é ser criminoso, é ser exageradamente altruísta"⁽⁶²⁾.

⁽⁵⁷⁾ Fernão Boto-Machado, *Crenças e Revoltas*, cit., p. 113.

⁽⁵⁸⁾ Fernão Boto-Machado, *Direitos Políticos e Cívicos. Liberdade, Sufrágio Universal e Descentralização. Dissertação apresentada ao Congresso Nacional de Livre Pensamento*, Lisboa, A Liberal, 1908, p. 15.

⁽⁵⁹⁾ *Idem*, *ibidem*, p. 15.

⁽⁶⁰⁾ *Idem*, p. 17.

⁽⁶¹⁾ *Idem*, p. 12.

⁽⁶²⁾ Fernão Boto-Machado, *Crenças e Revoltas*, cit., p. 119

Defendendo uma República "progressiva, reformadora, evolucionista, popular, igualitária, equitativa e justiceira, que tenha por base fundamental a instrução e a educação"⁽⁶³⁾ ⁶⁴, não excluía, no futuro, ter que se confrontar com o regime cuja implantação defendia: "Eu, libertarista - devo dizê-lo -, não confio absolutamente na República. Implantada e consolidada ela, o meu lugar será na extrema-esquerda, talvez combatendo a República. Prometo não lhe exigir empregos nem honrarias. Mas hei-de exigir-lhe, espremendo-a, ordenhando-a, como se fora uma generosa vaca leiteira, o máximo de liberdades; o máximo de instrução, de educação e de emancipação populares; o mínimo de autoridades e de leis; a humanização destas, até à sua completa supressão, quando possível; e, acima de tudo, a Soberania do Trabalho, porque os elementos do trabalho não são, como se tem pensado em Portugal, valores sociais negativos, mas toda a força, toda a riqueza, todo o prestígio das nações.⁽⁶⁴⁾ As preocupações pela situação dos trabalhadores - nomeadamente da sua terra natal - foram uma constante, com a defesa do descanso semanal, do direito à greve e da melhoria das condições de vida e de trabalho⁽⁶⁵⁾. No entanto, não são raros os casos de políticos republicanos que se declararam simultaneamente libertários, como Heliodoro Salgado, fundador do chamado "anarquismo reformista"⁽⁶⁶⁾. Mesmo um republicano conservador como Jacinto Nunes não hesitava em afirmar: "Como velho e intransigente individualista, ou liberal a valer, não podia - franca e corajosamente o digo - ser insensível a uma força de revolta, ou de cólera, contra a imoralíssima e nefasta onipotência do Estado. Escusado será acrescentar que esta minha tal ou qual simpatia pelo movimento anarquista não abrange a propaganda pelo facto, cega e feroz"⁽⁶⁷⁾.

⁽⁶³⁾ *Idem*, p, 417.

⁽⁶⁴⁾ Fernão Boto Machado, *Direitos Políticos e Cívicos* [...], *cit.*, p. 21.

⁽⁶⁵⁾ Fernão Boto Machado, textos recolhidos em *Crenças e Revoltas*, *cit.*; "Descanso semanal" (pp. 71-77); "Pelos Humildes" (pp. 311-314); "Pelos Deserdados" (pp. 315-321).

⁽⁶⁶⁾ ^{er} António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Ed. Cosmos, Col. de História Moderna e Contemporânea n.º 5, 2000, pp. 193 a 205.

⁽⁶⁷⁾ Jacinto Nunes, "O Anarquismo", *Almanaque A Vitória da República*, Lisboa, 1895, pp. 133 e 134.

Nas Constituintes

Nas eleições de 1910, as últimas da Monarquia e cujos deputados eleitos não chegaram a integrar o Parlamento devido à mudança de regime, Boto-Machado foi candidato por São Tomé. Proclamada a República, foi deputado às constituintes - onde também teve assento seu irmão Pedro -, eleito pelo Círculo nº 35, Lisboa Ocidental. A biografia oficial então publicada informava que ele era "republicano socialista muito avançado"⁽⁶⁸⁾. Ali desenvolveu uma notável embora infrutífera actividade, apresentando diversos projectos sobre as mais diversas matérias, alguns dos quais foram publicados em brochura⁽⁶⁹⁾. Merece destaque o projecto de Constituição, de sua autoria, um dos vários apresentados por deputados e por não deputados, antecedido por considerações diversas - "como não tenho sabedoria, nem capelo, improvisei um sistema filosófico *ad usum populi*"⁽⁷⁰⁾ - e uma apreciação sobre a nossa história constitucional.

Diplomata da República

As novas autoridades republicanas, confrontadas com a existência de um corpo diplomático herdado dos tempos da Monarquia, e que, por isso mesmo, não era de confiança política, viram-se na contingência de nomear diplomatas escolhidos entre republicanos que poderiam oferecer condições para desempenharem tão melindroso cargo. Homens como Guerra Junqueiro, Bernardino Machado, Augusto de Vasconcelos,

⁽⁶⁸⁾ [Alberto Pimentel], *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1911, p. 3.

⁽⁶⁹⁾ O *Diário da República Portuguesa (Diário do Governo)*. Sua *Remodelação e sua redução de preço*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1911; *As Lotarias. Meio único de se apanhar a sorte grande*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1911; *Abolição das Touradas*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1911; *O Seguro obrigatório dos Trabalhadores*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1911; *A Jornada Normal de Trabalho de 8 horas de Trabalho*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1911. Todos estes projectos são reproduzidos no livro póstumo *No Parlamento*, já citado.

⁽⁷⁰⁾ Fernão Boto-Machado, *Projecto ou Código fundamental da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1911, p. VII.

Eusébio Leão e João Chagas terão como missão demonstrar aos governos estrangeiros que Portugal vivia uma situação de normalidade, com autoridades competentes e dignas de confiança.

A 26 de Maio de 1912, Boto-Machado iniciava outra fase da sua vida pública, ao ser nomeado chefe de missão de 2ª classe e indigitado para ministro plenipotenciário na República da Argentina, um dos primeiros países a reconhecer o novo regime português⁽⁷¹⁾, mas houve atraso no processo. O Directorio do Partido Republicano Português decidiu que os nossos representantes no estrangeiro não podiam ser cumulativamente deputados às Constituintes, pelo que os diplomas de nomeação de Abel Botelho (para a China), de Forbes Bessa (para a Áustria-Hungria) e de Boto-Machado só foram publicados depois da votação da Constituição e da eleição do Presidente da República.

No entanto, Boto-Machado não chegou a ocupar o posto em Buenos Aires por ter sido entretanto encarregado da gerência do consulado-geral do Rio de Janeiro, o que sucedeu em Dezembro do mesmo ano. Ali manteve uma intensa actividade que foi reconhecida localmente, sendo nomeado sócio da Câmara do Comércio Internacional do Brasil. Manteve contactos com as forças vivas locais, nomeadamente com agentes de turismo e de viagens, que se mostravam interessados em conhecer a nova realidade portuguesa. Mas o regresso à Argentina de alguns desses visitantes acabou por se revelar contraproducente, porque a imagem que traziam da capital portuguesa não era a melhor. A 3 de Junho de 1912, Boto-Machado dava conta desse facto em carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto de Vasconcelos: "sei que, em geral, se queixam do grande número de indigentes e pedintes de toda a ordem que numa fúria de desesperados atacam esses viajantes logo no momento do desembarque [...] resultando daí grandes prejuízos de ordem moral e material para a República Portuguesa, ouse rogar a V. Exª se digne ordenar as providências necessárias para que aqueles ataques dos indigentes aos passageiros que aí desembarquem não continuem como até aqui, e estes não continuem a dizer, como dizem, que entrando em Lisboa, têm a sensação de não estarem num país civilizado".

⁽⁷¹⁾ Todas as informações e citações sobre a carreira e acção diplomática de Fernão Boto-Machado foram extraídas do seu processo individual existente no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O diplomata também interveio junto da colónia portuguesa, que defendeu contra os abusos policiais de que era objecto, e no seio da qual as críticas à República eram numerosas. Entre os republicanos portugueses residentes no Rio desenvolveram-se divergências que afectaram o Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro⁽⁷²⁾, e nas quais o diplomata se viu envolvido, conservando-se naquela cidade até 1913, sendo louvado a 25 de Junho daquele ano, "pelo distinto zelo e inteligência com que se houve no desempenho das comissões de que foi incumbido no Brasil". Em Dezembro, levantou-se a hipótese de ser nomeado ministro de Portugal na Colômbia e na Venezuela, transitando porém para o Panamá onde foi chefe de missão de segunda classe. Em carta de 7 de Janeiro de 1914, dirigida ao nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, informava sobre a forma como fora recebido pelo Presidente da República do Panamá e demais autoridades, com a curiosidade de ali ser desconhecido o novo hino nacional luso: "À recepção assistiram todos os ministros e subsecretários de estado, os secretários do presidente, o governador-geral da província do Panamá e outros altos funcionários. Foram-me prestadas à entrada e à saída honras militares, tocando-se primeiro o hino nacional, e depois *A Marselhesa*, porque aqui não conhecem o hino da nossa República, *A Portuguesa*, que o ministro das Relações Exteriores me pede para eu solicitar desse ministério e eu rogo me seja enviado em duplicado, para satisfazer também o pedido do director da Banda Republicana". No exercício da sua missão, Boto-Machado fazia frequentes sugestões tendentes a melhorar a presença de Portugal naquela parte do mundo. Num ofício de 27 de Fevereiro de 1914, datado do Panamá, propunha a criação de uma única legação na Costa Rica ou na Venezuela, com ministros acreditados no Panamá e noutras repúblicas da América Central, e fixar-se outra legação em Lima, com ministros acreditados na Bolívia e no Equador: "criarem-se duas legações portuguesas na América Central, e deixar o Equador, o Peru e a Bolívia sem nenhuma represen-

(72) Estas questões aparecem na correspondência diplomática. Em 1912 surgiu um folheto com 18 páginas, anónimo, sem local de impressão, intitulado *Carta Aberta dirigida ao Sr. Fernão Boto-Machado Solicitador encartado em Lisboa, Cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro e Ex-Futuro Ministro Plenipotenciário na Argentina por um Grupo de Republicanos Portugueses*. Ao qual Carvalho Neves respondeu, classificando-o de "coisa anónima", no opúsculo *No Brasil. As minhas divergências com os Republicanos Portugueses do Rio de Janeiro*, Lisboa, Imp. Africana, de António Tibério de Carvalho, 1912.

tação foi um erro, não só porque temos ali maiores interesses a defender e são Repúblicas de mais vasta capacidade consumidora, e com as quais temos mais largas relações, mas também porque, com a abertura do Canal do Panamá, e a volta, interior, que a navegação mundial vai fazer em tomo das Repúblicas das duas costas do Atlântico e do Pacífico, muito maiores vantagens e importância terá uma legação ali do que as duas aqui".

Em Abril de 1914 deslocou-se à Costa Rica, onde conferenciou com diversas autoridades, incluindo o prelado local. Fernão Boto-Machado, um anticlerical histórico, fez, numa carta de 23 de Abril daquele ano, e a tal propósito, algumas considerações que mostram de forma concludente que não confundia convicções pessoais com as funções em que se achava investido: "achei oportuno, como já o fizera à raposa matreira do Panamá, visitar o bispo da Costa Rica, que ao contrário daquele outro - lazarista astuto da escola do sagacíssimo diplomata que foi Leão XIII, mas sem a doçura de maneiras deste papa - me saiu também uma criatura muito estimável". Por isso mesmo, procurou expor "ao grande homem que é o bispo da Costa Rica as calúnias tremendas - chamando-lhe erros sistemáticos de informação - de que era vítima a nossa excessivamente generosa República". O resultado desse diálogo não podia ser mais positivo. A avaliarmos pela apreciação final: "o bispo, homem liberal e creio que sincero quanto o pode ser um infeliz padre, declarou-se vencido e convencido. Fazia juízo pelos telegramas e agora via que eram obra da calúnia organizada e sistematizada contra a República".

Em Agosto de 1914, Machado testemunhou um acontecimento histórico: a inauguração oficial do canal do Panamá. Na verdade, o Canal já fora inaugurado na prática a 26 de Setembro de 1913, quando por ele passou o vapor *Gatún*, mas a inauguração oficial, à qual assistiu o diplomata português, apenas teve lugar a 15 de Agosto de 1914, com o vapor *Ancón*, de 10 mil toneladas.

Por vezes, o diplomata tinha que intervir junto da imprensa local em defesa de Portugal e do seu regime, como sucedeu em Julho de 1914, quando o jornal *Estrella* anunciava que a República Portuguesa estava agonizante: "tive de lhes revelar toda a minha estranheza de ver que num país republicano se fizesse a apologia de uma monarquia péssima, e de uma República, pelo menos honesta, se fizesse a mesma odiosa cond enação"⁽⁷³⁾.

⁽⁷³⁾ A M. N. E., Correspondência Diplomática, Caixa n.º 339, Carta de 22-7-1914, n. 70.

Quanto à introdução de produtos portugueses no mercado local, via com agrado a presença das águas de Moura e das conservas da casa Brandão Gomes & Companhia, pedindo o envio de catálogos e de amostras.

A15 de Outubro do mesmo ano partiu para Caracas, onde permaneceu durante algum tempo. Ali se encontrava em Maio de 1915, quando pediu autorização, em ofício de 26 daquele mês e ano, para ficar ainda mais algum tempo, a fim de intensificar as relações comerciais entre Portugal e a Venezuela, expondo o seu plano: "consegui afortunadamente que um homem activo, inteligente e honesto aqui tomasse a representação de muitos exportadores portugueses [...]. Careço para isso de algum tempo mais para estabelecer relações de solidariedade entre aquele importador e os nossos exportadores, estimular um e outros, ver, enfim, o que isto dá". A16 de Setembro despedia-se de Caracas, sendo-lhe oferecida uma recepção onde compareceu a elite política local e corpo diplomático, com ampla repercussão na imprensa local, que publicara, fotografias suas, como se pode ver nos recortes de jornais venezuelanos existentes no seu processo individual no ministério dos Negócios Estrangeiros. Foi então condecorado com a Ordem do Libertador de 2ª Classe.

Acompanhado de sua mulher, embarcou por via marítima para Nova Iorque no dia 18, onde se encontrava a 3 de Outubro, seguindo depois para Portugal. A 24 de Abril de 1915 chegou a Lisboa, onde permaneceu durante algum tempo, mas a entrada de Portugal na Grande Guerra, a 26 de Março de 1916, surpreendeu-o depois de ter pedido uma licença de dois meses por razões de saúde. Prontamente declarou ao ministro dos Negócios Estrangeiros que renunciava a essa licença e que ficava à disposição nessa época de crise.

A próxima escala na sua carreira diplomática será o Japão. Para ali partiu em 1919, chegando a Tóquio a 8 de Dezembro. Foi recebido pelo Imperador a 1 de Janeiro de 1920, o qual o agraciou, mais tarde, com a Grã-cruz do Sol Nascente de 1ª Classe.

Os problemas de saúde que se faziam sentir desde há muito tempo agravaram-se no Extremo Oriente. Em Setembro de 1920 levantou-se a hipótese de ser chamado a Lisboa, o que o levou a questionar o seu ministério sobre se tinha perdido a confiança nele. Mas a verdade é que continuou no seu posto, desenvolvendo diversas acções, em consonância com a pequena comunidade portuguesa residente no Japão. Apesar dos meios escassos, instalou a legação portuguesa em Tóquio, com muitas carências. O cofre foi comprado por si - "paguei-o do meu bolso e custou

33000 yenes". Apoiou a Associação Portuguesa de Kobe, que possuía uma escola e uma biblioteca com 800 volumes, à qual foi dado o nome de Fernão Boto-Machado, havendo a promessa da casa Lello & Irmão, do Porto, da oferta de 4000 livros.

Não descurou os interesses económicos de Portugal naquela parte do mundo, registando com agrado que "já são bastantes os comerciantes portugueses, principalmente de Lisboa, que me têm pedido nomes de fabricantes, importadores e exportadores daqui"⁽⁷⁴⁾. Em Março de 1920 informava que "por sugestão e estímulos meus, foi criada no Japão, cidade de Kobe, a primeira firma com o nome e carácter português, pertencente a portugueses"⁽⁷⁵⁾. Mostrava-se particularmente sensível à situação da língua portuguesa no Japão, a propósito de uma cerimónia de atribuição de diplomas na Escola Oficial de Línguas Estrangeiras, em Tóquio: "aqui temos uma colónia de 500 concidadãos, mas só falam inglês!"⁽⁷⁶⁾. O Museu de Osaka colocou à disposição de Portugal uma vitrina para exposição de produtos portugueses, com a condição de a Associação Comercial de Lisboa aceitar a reciprocidade. Boto-Machado recomendou calorosamente que tal fosse aceite, enumerando os produtos portugueses susceptíveis de serem comercializados no Japão: cortiça, vinhos do Porto e de mesa, champanhes e vinhos licorosos, conservas de sardinha e de outros peixes, conservas de frutas, passas de uvas e de figos, azeite, azeitonas, paios, chouriços e queijos⁽⁷⁷⁾. Diligenciou no sentido de se estabelecerem linhas de navegação entre os dois países, ou através de uma companhia japonesa das que faziam escala no Atlântico, ou de uma companhia que se estava a organizar no Porto. Em Março de 1921 pedia a Lisboa o envio de livros para as escolas de Português e biblioteca de Kobe e Yokoama, onde também se fundara uma Associação Portuguesa.

Até à sua morte, em 3 de Fevereiro de 1924, chefiou a legação portuguesa em Tóquio, embora com períodos de licença frequentes por razões de saúde⁽⁷⁸⁾.

⁽⁷⁴⁾ Ofício de 17-1-1920, A. M. N. E., Caixa 299, n° 77.

⁽⁷⁵⁾ *Idem*, Carta de 16-3-1920, Caixa 299, n° 80.

⁽⁷⁶⁾ *Idem*, Carta de 30-3-1920, Caixa 299, n° 81.

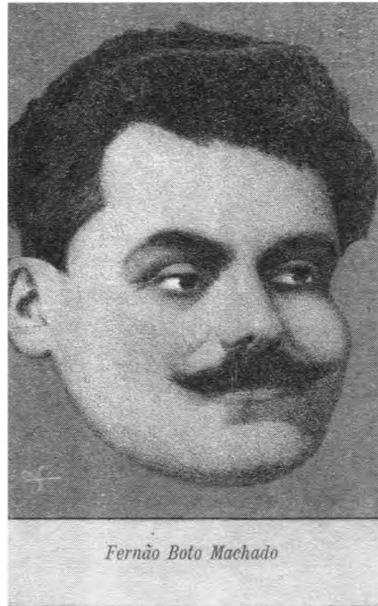
⁽⁷⁷⁾ *Idem*, Carta de 12-7-1920, Caixa n° 299, n° 85.

⁽⁷⁸⁾ Ver A. M. N. E., Processo Individual de F. B. Machado, 1912-21, e Correspondência Diplomática, 1912-13, Caixa 339.

As instruções testamentárias de Fernão Boto-Machado e o seu funeral condensam toda a vida do propagandista republicano. Dispôs que o seu enterramento fosse civil e assegurado pela Associação do Registo Civil, pelo Centro Republicano com o seu nome e pela Sociedade de Instrução e Beneficência "A Voz do Operário", em cuja carreta funerária o seu corpo foi transportado. Legou a sua biblioteca àquela última organização. No funeral incorporaram-se milhares de pessoas, incluindo 4000 crianças das escolas. Quanto a figuras de primeiro plano, ao nível do Estado apenas compareceu o ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique Correia da Silva e representantes do Presidente da República, do Chefe do Governo e ministros. O seu velho amigo Magalhães Lima, Alexandre Ferreira, Luís Derouet, o ministro do Japão. Mas outras presenças foram mais significativas. Assim, se estava Magalhães Lima, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, também estava representado o rival Grémio Luso-escocês. O mesmo sucedeu com a União dos Sindicatos Operários, socialista, e a Confederação Geral do Trabalho, anarcosindicalista. O Partido Republicano Português, com muitas comissões políticas e Centros Republicanos, mas também delegações do Partido Nacionalista, do Partido Socialista e do Partido Radical. Associações de classe, de solidariedade, asilos, escolas, lojas maçónicas, mutualidades....

Num momento em que as clivagens na sociedade portuguesa se acentuavam, esta unanimidade não deixa de ser significativa. O *Mundo*, ao noticiar o evento, diz o seguinte: "O Dr. Magalhães Lima diz que se proclamou a República mas que não se fez a República"⁽⁷⁹⁾. Fernão Boto-Machado, com o seu idealismo e o seu sincretismo ideológico, conservou-se fiel ao espírito de serviço que a si mesmo impôs, avesso a honras e prebendas. Morreu certamente amargurado, numa época em que a crise que dilacerava a República era bem visível. Não viveu o suficiente para assistir à morte do regime que ajudou a fundar e que soçobrou a 28 de Maio de 1926 por acção dos militares golpistas mas também pela ineficácia de muitos políticos republicanos.

⁽⁷⁹⁾ O *Mundo*, n.º 8187, de 5 de Novembro de 1934, p. 1.





O Congresso Nacional das Mulheres Portuguesas, composto de feministas, e de tambem de pa- cifistas: —

Considerando que em Portugal ha muito fez ainda a politica de depois da guerra, e não se que por essa politica se entendam as festas militares que se tem realisado, inconsistentes ao ponto de bararem a impressao de sermos um pais militarista, o que não é ver- dade, e repugna á nossa índole de paz e de solidariedade humana;

Considerando que nosseas festas se tem en- tado combatentes mortos e vivos, e de toda es- toda se tem exigido ffectos que se que- ra sacrificarem — além de seu melhor ampazo e mais confiantes esperanças, — a car- ne da sua carne, o sangue de sua sangue e a alma das suas almas, e são as que na guerra viram dilacerar os seus filhos como carne de canhão;

O Congresso, reunido na sua 1.ª sessão de leitura, ouvindo, estremeceido, e com generalidade as mães por- tuguezas, símbolos de ascos, de bondade e de be- liza morosa, muito especialmente aquelas que viram mortos os seus filhos dos ordenes dos que deflagraram a guerra, sentindo os verdugos da humanidade.

Lisboa, 5. das 10.00, no 25. de Junho de 1924.
(Congressista, — Femão Boto-Machado)

Proposta manuscrita de Femão Boto-Machado apresentada no Congresso Feminista de 1924.